

ACORDO DE COOPERAÇÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS E B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, autarquia sob o regime especial, criada pela Lei nº 9.961/2000, com sede na Avenida Augusto Severo nº 84, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.874.420/0001-49, doravante denominada simplesmente “**ANS**”, neste ato representada pelo seu Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras, Sr. Paulo Roberto Rebello Filho, RG nº [REDACTED], expedido pela [REDACTED], inscrito no CPF/MF nº [REDACTED], nomeado por Decreto de 21 de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 25 de setembro de 2018, Seção 2, e conforme competência delegada pela Portaria nº 10.341, de 13 de junho de 2019, e de outro lado a **B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO**, sucessora da CETIP S.A. – Mercados Organizados, sociedade empresarial com sede na Praça Antonio Prado, nº 48 – 7º andar, Centro, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.346.601/0001-25, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada “**B3**” (sendo **B3** e **ANS** denominadas em conjunto como “Partes” e, individual e separadamente, como “Parte”), resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação, objetivando fixar condições de cooperação mútua, por meio da disponibilização de serviço de acesso a informações de depósito e registro de títulos de propriedade das Operadoras de Planos de Saúde do Brasil (“Operadoras”) na B3, visando subsidiar a regulação e a consequente qualificação da ANS, sujeitando-se os partícipes no que couber as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e demais normas regulamentares da matéria.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) A **ANS** celebrou com a CETIP S.A. – Mercados Organizados, em 11 de maio de 2017, Acordo de Cooperação Técnica (“ACT”) que continha substancialmente o mesmo objeto deste Acordo, visando cumprir o disposto nas Leis Federais nº 9.961/2000 e 9.656/98, bem como na Resolução Normativa nº 392, de 9 de dezembro de 2015, expedida pela **ANS**;
- (ii) A B3 incorporou a CETIP S.A. – Mercados Organizados em 03 de julho de 2017, assumindo todos seus direitos e obrigações; e
- (iii) Com o intuito de formalizar um novo documento, de forma que todas as obrigações decorrentes da legislação e regulamentação referidas no preâmbulo sejam adequadamente cumpridas por ambas as Partes, englobando os segmentos de produtos e serviços de renda fixa e renda variável oferecidos e administrados pela B3, as Partes optam por celebrar este novo Acordo.

RESOLVEM as Partes firmar este Acordo de Cooperação (“Acordo”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto fixar condições de cooperação mútua, por meio da disponibilização, pela B3, de acesso às informações de depósito e registro de títulos das Operadoras, depositados e registrados através de instituições habilitadas (“Custodiante”, conforme determinado na legislação e regulamentação vigente), sem ônus para a ANS, através de sistemas específicos, de propriedade ou licenciados à B3 (“Sistemas”), visando aperfeiçoar os mecanismos para a regulação da atenção à Saúde Suplementar ofertada à população brasileira, em consonância com as Leis Federais nº 9.961/2000 e 9.656/98, bem como a Resolução Normativa nº 392, de 9 de dezembro de 2015, expedida pela ANS.

1.2 Todos os procedimentos operacionais relativos à utilização dos Sistemas, além de seus parâmetros e especificações estão dispostos no “Plano de Trabalho”, que integra este Acordo para todos os fins de direito na forma do Anexo I, podendo ser alterado mediante mútuo acordo entre as Partes, de forma a refletir eventuais alterações e/ou inovações tecnológicas efetuadas nos Sistemas, que poderão ser executadas a qualquer momento a exclusivo critério da B3, respeitadas as limitações e capacidades tecnológicas da ANS em se adaptar a tais inovações, caso necessário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PRIORIDADES E PROCEDIMENTOS GERAIS

2.1. A B3 disponibilizará à ANS informações das posições dos títulos depositados e registrados na B3 por Operadoras, em Conta Própria e Conta de Reserva Técnica, ambas definidas no Plano de Trabalho.

2.2. Além das informações relacionadas na cláusula 2.1, a B3 disponibilizará à ANS acesso aos seus Sistemas, de forma a possibilitar a consulta das posições dos títulos depositados e registrados na B3, das Operadoras, bem como exercer o controle limitado das posições das Operadoras, observadas as condições previstas neste instrumento. O controle dar-se-á por meio da inserção, pela ANS, de comandos nos Sistemas, de forma a atribuir às Contas de Reserva Técnica das Operadoras por ela fiscalizadas, a situação de “livre” ou “sem livre movimentação”, que permitirá a identificação de quais Operadoras poderão ou não desvincular livremente os títulos nela alocados.

2.2.1. Fica estabelecido, desde já, que é de responsabilidade exclusiva das Operadoras fiscalizadas pela ANS obedecer aos comandos mencionados na cláusula 2.2. acima, não cabendo a B3 qualquer tipo de monitoramento ou fiscalização nesse sentido, desta forma sendo eximida de toda e qualquer responsabilidade derivada de ato e/ou omissão praticado pelas Operadoras.

2.3. A Conta Reserva Técnica será vinculada à Conta Própria das Operadoras, devendo esta última ser aberta na B3, de acordo com os procedimentos por ela adotados para tal finalidade, nos termos da legislação e regulamentação vigente.

2.4. A Conta Reserva Técnica será utilizada, a qualquer tempo, exclusivamente para a transferência e retorno dos títulos da Conta Própria de cada Operadora.

2.5. A ANS será credenciada nos Sistemas mediante fornecimento de senhas e códigos de acesso, pela B3, sendo que a ANS poderá modificá-los a qualquer tempo, respeitadas as regras de atualização de senhas e de segurança das informações estabelecidas pela B3, conforme disposto

nos ofícios circulares, comunicados externos, manuais de acesso e demais documentos emitidos pela B3 (“Normativos B3”).

2.6. Os acessos disponibilizados à ANS são relativos às consultas de posições e restrição de movimentação de ativos das Operadoras nos casos previstos em lei, normas e regulamentos aplicáveis, e, nas demais hipóteses, quando autorizado à B3 a fornecer tais informações.

2.6.1. Caso sejam necessárias adequações aos Sistemas em decorrência da alteração das normas vigentes, as partes definirão em conjunto o cronograma de implementação das adequações previstas neste item, considerando possíveis desenvolvimentos e impactos operacionais decorrentes de tais adequações.

2.7. A ANS está ciente de que os Normativos B3 são atualizados de tempos em tempos, podendo estas atualizações impactarem as obrigações assumidas neste Acordo, de forma que se compromete a manter-se sempre ciente e atualizada sobre estas novas alterações e a cumprir com todas as exigências regulatórias e legais.

2.8. O fornecimento, pela B3 à ANS, das informações dos títulos de titularidade das Operadoras está condicionado à obtenção, pelo Custodiante, de autorização expressa concedida pelo(s) devido(s) representante(s) legal(is) da Operadora.

2.8.1 Referida autorização deverá ser validada pelo Custodiante e posteriormente informada à B3 por meio de registros sistêmicos, conforme especificado no Plano de Trabalho, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 105/01 e no artigo 9º-A, §2º da Resolução Normativa Nº 392, de 9 de dezembro de 2015, publicada pela ANS.

2.8.2 A ANS concorda que os Custodiantes serão os únicos e exclusivos responsáveis pela verificação e comprovação de que os representantes legais e/ou mandatários das Operadoras que assinarem a autorização mencionada acima possuem os poderes necessários para tanto.

2.8.3 A B3 registrará e armazenará tal informação para fins de comprovação para os devidos fins, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ESFORÇO MÚTUO

3.1. Para viabilização dos objetivos priorizados na cláusula anterior, as partes celebrantes envidarão seus melhores esforços no sentido do mútuo aproveitamento das respectivas competências, disponibilidades e potencialidades, visando a eficiência e celeridade de suas participações na consecução deste Acordo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DA ANS

A ANS se compromete a:

4.1. Cumprir todas as normas que a B3 vier a disponibilizar com relação aos seus Sistemas, bem como observar e cumprir os procedimentos detalhados no Anexo I, para obtenção das informações objeto deste Acordo;

4.2. Conceder confirmação na forma prevista na Cláusula 2.2, aos lançamentos realizados pelas Operadoras que possuam Conta de Reserva Técnica “sem livre movimentação”, para vinculação

ou desvinculação dos títulos nelas depositadas e registradas, quando aplicável, conforme julgar adequado;

4.3. Adotar os meios necessários para acessar os Sistemas e visualizar as informações, obtendo os recursos computacionais e de comunicação, visando à conexão aos referidos Sistemas;

4.4. Observar que os Custodiantes devem obter autorização expressa das Operadoras, nos termos da cláusula 2.8, para que a B3 possa lhe disponibilizar as informações da Cláusula 2.1, aceitando desde já que, sem tal autorização, a B3 não poderá enviar as informações das Operadoras à ANS;

4.5. Guardar sigilo de todas as informações fornecidas pela B3 que detiver por força do presente Acordo, observadas as normas legais aplicáveis à espécie, incluindo, mas não se limitando, à Lei de Sigilo Bancário (Lei Complementar nº 105/2001);

4.6. Notificar à B3, sempre que necessário, sobre a emissão e/ou criação, de novas obrigações, decorrentes de qualquer alteração na legislação ou regulamentação vigente, que possam afetar direta ou indiretamente este Acordo, respeitadas as condições estabelecidas na Cláusula 2.6.1. acima;

4.7. Obedecer aos horários de funcionamento e disponibilidade dos Sistemas, de acordo com o disposto nos Normativos B3; e

4.8. Observar os princípios de segurança dos Sistemas, conforme definido pela B3, por meio do Manual de Acesso à Infraestrutura Tecnológica da BM&FBOVESPA e Manual de Operações – Controle de Acesso.

Parágrafo Primeiro – A falta de confirmação, pela ANS, dos lançamentos referidos no item 4.2 desta Cláusula acarretará o seu cancelamento automático no fechamento dos respectivos Sistemas.

Parágrafo Segundo – Em caso de impossibilidade comprovada de execução do item 4.2 pela ANS, esta poderá solicitar à Diretoria de Depositária e Operações de Balcão da B3, mediante documento formal, que proceda com a execução do procedimento disposto no item 4.2. No cumprimento das obrigações previstas no item 4.2, a ANS reconhece que a B3 executará estritamente os comandos enviados pela ANS, sendo esta integral responsável por tal ato, perante a B3 e terceiros.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA B3

A B3 se compromete a:

5.1. Viabilizar o fornecimento das informações das Operadoras à ANS, desde que previamente autorizada pelas Operadoras, conforme disposto nas cláusulas primeira e segunda acima;

5.2. Manter em sigilo quaisquer dados, informações ou documentos de que venha a ter conhecimento ou aos quais tenha acesso, no exercício de suas funções referentes aos Sistemas;

5.2.1. A guarda de sigilo das informações constantes no item 5.2, equipara-se, para efeitos legais, à regra de sigilo bancário, disposta na Lei Complementar nº 105/01, a qual a B3 se compromete a observar na consecução do objeto deste Acordo;

5.3. Prestar todas e quaisquer informações julgadas necessárias, pela ANS, relativas ao objeto deste Acordo, no prazo a ser acordado entre as Partes, observado o disposto na cláusula 5.2 e 5.2.1 acima; e

5.4. Informar à ANS, mudanças efetuadas que impactem o objeto deste Acordo, através de Comunicado Externo ou Ofício Circular, a ser publicado através dos meios de comunicação utilizados pela B3.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS

6.1. O presente Contrato é celebrado sem envolver qualquer transferência de recursos orçamentários e financeiros entre as Partes, cabendo à ANS estabelecer os acessos necessários ao ambiente da B3 para realizar as atividades estabelecidas neste Acordo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O presente Acordo tem um prazo de vigência de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com a anuência das Partes, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DENÚNCIA

8.1. O presente Acordo poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer das partes, mediante troca de avisos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada Parte os respectivos ônus decorrentes do referido descumprimento, caso aplicável. Neste caso, fica a ANS responsável pela publicação do término deste Acordo, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DOS SISTEMAS

9.1. A ANS está ciente e concorda que, dada a natureza das atividades objeto deste Acordo, bem como suas finalidades:

- (i) A B3 não poderá ser responsabilizada por nenhum ato ou omissão praticado pelas Operadoras, Custodiantes ou por qualquer terceiro;
- (ii) A B3 somente poderá ser responsabilizada por atos por ela praticados de forma dolosa ou fraudulenta, devendo ressarcir as Operadoras e/ou a ANS somente até o limite de seu comprovado prejuízo; e
- (iii) Os Sistemas serão disponibilizados para consecução do objeto deste Acordo “na forma em que se encontram”, não concedendo a B3 quaisquer garantias implícitas ou explícitas, não sendo considerada, sob nenhuma hipótese, como descumprimento deste Acordo, a interrupção, lentidão, instabilidade ou ocorrência de erros e/ou falhas dos Sistemas.

9.2. Não obstante o disposto no item 9.1 acima, a B3 envidará seus melhores esforços para manter seus Sistemas em funcionamento conforme os padrões mínimos necessários à viabilização do objeto deste Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONFIDENCIALIDADE E DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

10.1. As Partes comprometem-se a:

- (i) manter em sigilo as Informações Confidenciais da outra Parte e informações relacionadas com o presente instrumento;
- (ii) utilizá-las somente para os fins previstos neste Acordo, empregando os mesmos cuidados que utilizaria para a manutenção do sigilo de suas próprias informações; e
- (iii) adotar cuidados para que Informações Confidenciais não sejam obtidas por terceiros.

10.1.1. Para os fins previstos nesta cláusula, são consideradas Informações Confidenciais quaisquer informações, dados, conteúdos, especificações técnicas, desenhos, manuais, esboços, modelos, amostras, materiais promocionais, projetos, estudos, documentos, planos de produtos, custos, preços, nomes de clientes, informações financeiras não publicadas na mídia, planos de marketing, oportunidades de negócios, pesquisa, desenvolvimento, know-how e outros documentos de qualquer natureza, tangíveis ou intangíveis, disponibilizados em qualquer mídia ou meio físico, visual ou sonoro, inclusive eletrônico e digital, comunicados por escrito, verbalmente ou de outra forma revelados como confidencial ou de confidencialidade restrita por uma Parte à outra Parte ou por qualquer das Partes, ou ainda que a Parte venha a tomar conhecimento, voluntária ou involuntariamente, em virtude da análise, desenvolvimento ou implementação das atividades deste Acordo ("Informações Confidenciais"). Todas as informações relativas à posição e movimentação dos títulos das Operadoras são caracterizados como Informações Confidenciais, sendo, inclusive, protegidas e reguladas pela Lei de Sigilo Bancário (Lei Complementar 105/2001).

10.1.2. Não serão consideradas Informações Confidenciais, para os fins da cláusula 10.1, as informações que:

- (i) já forem do domínio público à época em que tiverem sido reveladas;
- (ii) passarem a ser de domínio público, sem que a divulgação seja efetuada em violação ao disposto neste Acordo;
- (iii) forem legalmente reveladas às Partes por terceiros que, até onde as Partes tenham conhecimento, não estejam quebrando qualquer obrigação de confidencialidade; e
- (iv) devam ser reveladas pelas Partes em razão de ordem ou decisão emitida por órgão administrativo ou judicial com jurisdição sobre as Partes, somente até a extensão de tal ordem.

10.1.3. Caso uma Parte seja obrigada, por força de ordem judicial ou administrativa fundamentada, a revelar Informações Confidenciais, deverá notificar imediatamente a outra Parte sobre tal determinação e empregar seus melhores esforços para assegurar o tratamento sigiloso das Informações Confidenciais, salvo nos casos em que tal ordem judicial ou administrativa não o permita.

10.1.4. Caso o presente Acordo venha a ser extinto, por qualquer razão, as Partes comprometem-se a devolver à outra Parte, ou destruir, todas as Informações

Confidenciais da outra Parte. A obrigação de sigilo prevista nesta cláusula subsistirá após o término do presente Acordo.

10.2. As Partes deverão orientar seus funcionários e demais colaboradores que venham a ser utilizados na execução das atividades desenvolvidas sob a égide do presente Acordo, sobre o cumprimento das disposições da cláusula 10.1, e ficarão responsáveis pelas perdas e danos decorrentes do descumprimento das obrigações de confidencialidade ora pactuadas.

10.3. Além dos deveres de confidencialidade contidos nesta cláusula, a ANS obriga-se a utilizar as informações que lhe forem fornecidas e disponibilizadas pela B3 em virtude deste Acordo, exclusivamente para cumprir as atividades que lhe foram legalmente atribuídas.

10.4. A B3 se exime de qualquer responsabilidade em virtude do uso indevido, pela ANS, por qualquer de seus funcionários, ou, ainda, qualquer terceiro, das informações que tenham sido fornecidas e disponibilizadas pela B3 à ANS em virtude deste Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESVINCULAÇÃO SOCIETÁRIA E TRABALHISTA

11.1. Em nenhuma hipótese nenhuma das Partes será, para qualquer efeito, considerada representante legal, agente, mandatária, parceira, associada e/ou Joint-Venture da outra Parte, não podendo em nome desta praticar quaisquer atos, contratar ou assumir obrigações.

11.2. Este Acordo não gera qualquer vínculo empregatício ou responsabilidade solidária e/ou subsidiária para uma Parte em relação aos profissionais que a outra Parte disponibilizar para o desenvolvimento das atividades relacionadas à consecução do objeto do presente Acordo, correndo por conta única e exclusiva da Parte que disponibilizou os profissionais todas as despesas, inclusive encargos decorrentes de legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária ou quaisquer outros que vierem a ser criados pelos órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

12.1. As Partes reconhecem que o presente Acordo não constitui concessão, licença ou autorização para qualquer tipo de utilização do nome empresarial, nomes de domínio, títulos de estabelecimento, marcas depositadas ou registradas, sinais ou expressões de propaganda e quaisquer outros sinais distintivos ou bens de propriedade intelectual de titularidade da outra Parte e de quaisquer entidades integrantes de seu grupo econômico, sendo vedado qualquer uso de referidos sinais distintivos e bens de propriedade intelectual, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, de uma Parte à outra, ou de forma diversa das diretrizes e especificações técnicas fornecidas previamente pela Parte.

12.2. As Partes declaram que (i) não existe acordo, liame ou vínculo de qualquer natureza com terceiros que impeça a assinatura deste Acordo; e (ii) a celebração deste Acordo não implica infração a quaisquer direitos de terceiros, inclusive direitos intelectuais e de personalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DAS PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

13.1. As Partes comprometem-se a combater (i) práticas de trabalho análogo ao de escravo, bem como (ii) a contratação de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e/ou de menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, exceto na condição de

menor aprendiz, a partir de 14 anos, bem como a praticar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam a fazer esforços nesse sentido visando a combater dessas práticas em seus respectivos estabelecimentos comerciais.

13.2. As Partes comprometem-se a envidar seus melhores esforços para combater práticas de discriminação negativas e limitativas ao acesso na relação de emprego ou à sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de: sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade ou situação familiar, bem como a praticar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam a fazer esforços nesse sentido visando prevenir e combater práticas discriminatórias negativas em seus respectivos estabelecimentos comerciais.

13.3. As Partes comprometem-se a envidar seus melhores esforços para proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e combater qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente, executando suas atividades em observância das leis, regulamentos, atos normativos e administrativos relativos à área de meio ambiente.

13.4. As Partes declaram e garantem que estão cientes, conhecem e compreendem as leis anticorrupção brasileiras, notadamente a Lei nº 12.846/13 e suas posteriores alterações, comprometendo-se a não praticar atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira, bem como se abstendo de prometer, oferecer, dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público nacional ou estrangeiro, ou a terceira pessoa a ele relacionada. Da mesma forma, comprometem-se a não dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras, e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O presente Acordo poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as Partes.

14.2. Todos os avisos e notificações decorrentes deste Acordo, exceto aqueles relacionados ao funcionamento dos Sistemas e a sua operação, deverão ser feitos por escrito, e deverão ser entregues na sede das Partes, indicadas no preâmbulo, ou em qualquer outro local que uma das Partes possa ter indicado à outra, por escrito.

14.3. Qualquer omissão ou tolerância das Partes em exigir o cumprimento dos termos e condições deste Acordo ou não exercer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia nem afetará o direito da Parte de exercê-lo a qualquer momento.

14.4. A B3 não se responsabiliza, direta ou indiretamente, pelo uso ou mau uso das funcionalidades dos Sistemas que forem disponibilizadas a ANS, incluindo os comandos inseridos pela ANS nos Sistemas e o seu devido processamento, bem como pelas informações e dados inseridos nos Sistemas pelas Operadoras e pelos Custodiantes, assumindo estas integral e irrevogável responsabilidade sobre seus atos.

14.5. Este Acordo é firmado em caráter irrevogável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, sendo vedada a subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, a qualquer título, do presente instrumento, sem a prévia anuência por escrito da outra Parte.

14.6. A ANS declara expressamente conhecer, ter ciência e compreender os termos das normas e regulamentos aplicáveis à prestação de serviços de registro e depósito centralizado, notadamente, mas não apenas, as Leis nºs 6.404/76, 10.931/04 e 12.810/13, a Instrução CVM nº 541/13, a Circular BCB nº 3.743/15, além dos Normativos B3, bem como suas alterações posteriores.

14.7. Este Acordo constitui o único documento a regular os direitos e obrigações das Partes com relação ao seu objeto, ficando expressamente revogados quaisquer instrumentos anteriormente celebrados entre as Partes que possuam o mesmo objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. A ANS providenciará, como condição de eficácia, a publicação resumida deste Acordo, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme o disposto no parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 1993, suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste Acordo, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de São Paulo.

16.2. E, para validade do que pelas partes foi avençado, firma-se este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus jurídicos e legais e efeitos em juízo e fora dele.

Rio de Janeiro, de de 2019.

Paulo Roberto Rebello Filho
Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Nome:

Cargo:

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG: